

Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade.

**Between slaps and kicks: an anthropological study
of 'baculejo' as a ritual of police power in the
everyday life.**

Leonardo Sá*
João Pedro de Santiago Neto*

RESUMO: Este trabalho discute as práticas de agressão física de policiais militares contra jovens nas favelas, praças e ruas da cidade de Fortaleza na perspectiva de uma antropologia da violência e dos conflitos sociais. Baseado em materiais etnográficos de pesquisas com policiais militares, com jovens usuários de substâncias psicoativas nas praças e ruas e também com jovens moradores de favelas, buscamos elaborar uma leitura analítica, a partir dos nossos acessos etnográficos, focando no ritual de poder conhecido popularmente como “baculejo”, onde, além da abordagem e da revista policial militar em busca de drogas, armas ou fugitivos da justiça, configura-se um campo de poder alimentado recorrentemente por práticas de violência, como tapas, chutes, espancamentos; e, em alguns casos, torturas mais graves, cujo foco é a punição física de pessoas consideradas socialmente indesejáveis pelos policiais militares, cuja ótica envolve a ideia de “quebrar o moral” dos “vagabundos” ou “amaciar o vagabundo” sob a égide de justificativas que giram em torno da noção policial militar de “agir com energia” ou “ações enérgicas” para impor respeito e ordem.

Palavras-Chave:
violência policial,
baculejo, jovens,
conflitualidade.

Introdução

Este artigo discute o tema das agressões físicas cometidas por policiais contra jovens da favela, no cotidiano de policiamento da cidade de Fortaleza, por meio das práticas policiais de “bater”, “amaciar o vagabundo”, que são definidas como ações “enérgicas” pelos policiais em suas estratégias retóricas e que se configuram em torno da prática do “baculejo”, uma revista decorrente de abordagem que se expressa como um ritual de poder onde

agressões físicas, praticadas pelos policiais militares contra os jovens, são centrais para a construção de um contexto de interação simbólica, marcada por profunda assimetria de posições de poder, envolvendo policiais militares agressores e jovens suspeitos, tratados como “vagabundos”, vitimizados por espancamento, tortura e outras formas de sevícias e maus tratos corporais.

São os usos sociais de punições físicas praticadas por policiais contra os corpos de pessoas recorrentemente concebidas como indesejáveis, tanto pela população cidadina quanto pelos policiais, e, portanto, categorizadas em situações de conflitualidade cotidiana como “vagabundos”, principalmente flanelinhas, guardadores de carros, jovens usuários de drogas, jovens moradores de favelas se deslocando de bicicleta pela cidade, usando roupas que são identificadas no “crime” e pela polícia como marcas de ladrões, ocasiões que resultam nos chamados “baculejos”, uma forma local de revista policial que pode ser sociologicamente pensada, a partir da proposta de Tavares dos Santos (2009), na análise do excesso de poder como uma “microfísica da violência”, a fim de adotar uma concepção relacional de violência como dispositivo e linha de realização, onde a prática da violência se insere numa rede de dominação, com várias dimensões recortes possíveis, centradas na violência simbólica que não reconhece o outro como outrem.

Há nesse ponto uma relação desse debate com o contexto de discussão pública sobre as relações políticas brasileiras que foram e continuam sendo acirradas - devido ao uso sistemático de tortura praticado, principalmente ao longo da ditadura militar, contra opositores do regime - o que, após o período de redemocratização do país, abriu espaço para a discussão pública sobre graves atentados contra os direitos humanos de presos comuns. Assim, as representações da tortura e da violência policial, no imaginário brasileiro, incidiram inicialmente sobre casos historicamente ligados à violência contra camadas médias que desenvolveram formas de luta política contra regimes políticos da ditadura militar brasileira. Se houve relativa “vitória simbólica” dos vencidos, no caso da tortura contra opositores do regime (OLIVEIRA, 2011), nós poderíamos nos perguntar se, quando se trata de presos e suspeitos comuns, não estaríamos diante de um reforço dos mecanismos de sujeição criminal (MISSE, 2008) com recrudescimento de violência policial contra suspeitos na vida cotidiana das cidades brasileiras, o que reforçaria “os signos populares dessa ‘dupla ordem’, [onde] o que poderia ser regulado no plano da negociação legal, passa (...) a ser objeto de uma negociação ‘moral’, microsocial, do legalismo e das normas sociais gerais” (MISSE, 2008, p.19).

As torturas na vida cotidiana do policiamento, nos distritos, nas cadeias e prisões é um tema que ganhou visibilidade pelo deslocamento desse olhar,

em larga medida, devido aos interesses dos movimentos pelos direitos humanos pelo preso comum, pela violência nas prisões e nas ruas das metrópoles brasileiras. O que nos leva a intentar trazer o debate, neste artigo, sem desmerecer as importantes discussões produzidas nesse primeiro registro de produção sobre a tortura contra presos políticos, para questões relacionadas à violência difusa no espaço social cidadão que parece ter, segundo as percepções dos atores sociais na sociedade brasileira, de algum modo, “democratizado” a violência (BARREIRA, 2008).

Neste artigo, portanto, buscamos, em especial, fazer uma leitura sobre as controvérsias dos sentidos atribuídos às práticas de tortura por policiais civis e militares, de um lado, no cotidiano das atividades de policiamento nos distritos, nas ruas e nos bairros da cidade de Fortaleza, e pelos jovens, de outro. Está informado por três acessos etnográficos que compõem as duas maneiras pelas quais, nas nossas trajetórias de pesquisa, vimos produzindo conhecimento na perspectiva de uma sociologia e antropologia da violência e dos conflitos sociais. Baseamo-nos, em uma pesquisa realizada com policiais desde 1997, sobre disciplina, autoimagem e pertencimentos sociais de policiais militares (SÁ, 2002); em outra pesquisa, nas análises de um trabalho de campo de três anos que recaem sobre a vida de jovens moradores de favelas à beira-mar da orla marítima de Fortaleza (SÁ, 2010); e, finalmente, no trabalho de campo, sobre jovens usuários de drogas nas madrugadas das praças da cidade de Fortaleza (SANTIAGO NETO, 2011). Além destes três trabalhos de campo individuais, no que diz respeito ao conjunto dos materiais que dão sustentação às descobertas empreendidas sobre o tema, gostaríamos de ressaltar uma série de trabalhos de pesquisa colaborativos dos quais participamos como membros da equipe do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará, principalmente no trabalho coletivo *Ligado na Galera* (BARREIRA, 1999).

Baculejo como ritual de poder

Na vida diária, entrar e sair da favela para o jovem de sexo masculino é uma operação que exige “conhecimento”, é preciso saber sair e saber entrar, “ter conhecimento”. Sejam jovens “envolvidos”, “do crime”, ou jovens não-envolvidos, mas que compartilham em alguma medida a “malandragem” do viver, ou ainda aqueles que simplesmente aos olhos da polícia e da população não-favelada da cidade, percebidos com jeito de “vagabundo”, “marginal”, “assaltante” ou “ladrão”, por se vestirem, andarem, morarem em lugares estigmatizados, terem as cores afro-ameríndias na pele ou sinais típicos de pobreza e falta de cuidados na vida que faz de alguém uma pessoa indesejável em várias situações de interação cotidiana.

A circulação na cidade é problemática. É percebida assim e as práticas narrativas desses jovens estão repletas de relatos de eventos desse tipo. A título de exemplo, citaremos dois breves eventos narrados por um de nossos interlocutores. Ele havia combinado de encontrar conosco, como ele estava a demorar, telefonamos para saber qual era o motivo do atraso. O jovem em tom de reclamação admoestou-nos dizendo que o “nego” não pode andar apressado, caso esteja atrasado para algum compromisso, pois um “nego” andando rápido desperta suspeita da polícia e atrai o “baculejo”. Como ele ainda por cima estava com uma mochila nas costas, aí a situação se tornava típica: baculejo da polícia, o que já aconteceu diversas vezes ao longo da sua vida de jovem adulto. O outro exemplo, dado também por este interlocutor, morador de uma favela à beira-mar, marcada por estigmas de violência e criminalidade, esteve relacionado a outro evento de baculejo. O jovem andava pilotando a moto do irmão dele, ao ser abordado pela viatura da polícia militar, para a prática do baculejo, o policial militar que o abordou não gostou do tom com que o jovem explicou que estava no direito dele, pois não estava infringindo nenhuma lei. Como punição, o policial tomou a chave da moto, enfiou-a embaixo do compartimento trancada pela própria chave da moto, o que impossibilitaria de utilizá-la para ligar a moto, e disse nessa ocasião que ele, o jovem, fosse para casa empurrando a moto e lá pegasse a segunda via para abrir e retirar a chave do compartimento. Essa punição deixou o jovem revoltado, pois, além da humilhação, teve que empurrar a moto durante dois quilômetros.

Esse tipo de interação simbólica é, fundamentalmente, um ritual de poder, ele é revelador das difíceis e intrincadas relações de poder entre policiais e jovens no cotidiano da cidade. Diz-se entre os jovens das favelas que ser abordado pelos policiais para revista, tipo baculejo, o que envolve contato corporal entre policial e suspeito, é uma forma de tomar ou levar um baculejo da polícia. É um evento que se realiza sob a égide de um discurso que, às vezes, é proferido pela fala, mas na maioria das vezes permanece implícito, que diz, da parte do policial, o seguinte: ‘respeita a polícia, vagabundo da favela!’ Os atos policiais de prender, bater e amaciar numa perspectiva antropológica passa, por conseguinte, pela análise da expressividade simbólica que marca esta palavra de ordem.

Narrativa de uma batida policial

Em campo, nós fomos surpreendidos diversas vezes pelo evento do baculejo, principalmente tenso quando ocorre o surgimento inesperado de policiais militares, armas em punho. Esses eventos ocorreram quando estávamos em campo com nossos interlocutores, sejam nas praças, sejam nas favelas.

Certa vez, João Pedro, um de nós, estava sentado em um banco conversando com alguns usuários de drogas, quando um dos que estavam participando do ritual de consumação do crack avistou de longe uma viatura parando do outro lado da praça. De repente, a roda se desfez e o que estava com o cigarro de pedra apagou e rebolou acerca de dois metros de onde estávamos para distanciar um pouco mais o flagrante; outro se levantou e jogou para dentro de uns capins. Daí, quando menos se esperou, chegaram dois policiais correndo com armas em punho por trás do grupo, gritando para que colocassem as mãos na cabeça e se dirigissem para frente do banco. Colocaram-nos em fila para começar o interrogatório e a busca de armas ou drogas. Antes de dar a busca de armas, ele, o policial, perguntou quem estava fumando maconha (na verdade era cigarro de pedra com fumo), e apenas um dos que estavam fumando respondeu que estava. O policial fez novamente a pergunta e ninguém mais se acusou.

Apenas um policial se dispôs a dar busca de armas ou drogas nos sete que estavam em fila, um do lado do outro. Daí começou o interrogatório, perguntando onde moravam, se estavam trabalhando, se respondiam a algum crime, etc. Uns dois que disseram que tinham passagem em delegacia foram premiados com tapas. Chegando a vez do pesquisador (João Pedro), o policial perguntou o que ele tinha no bolso, este respondeu cada objeto que tinha. E no meio desses pertences estava a carteira de estudante e de motorista dele. Ele leu o que estava escrito e lhe perguntou: ‘O que é que tu tá fazendo no meio desses caras, nessa hora? Vai pra casa que aqui não é local pra ti não, no meio desse monte de vagabundo’. Ao que o pesquisador retrucou de maneira equilibrada, respondendo a todas as perguntas, alertando que vinha de uma festa e que aproveitava para falar com alguns amigos de infância, uma vez que a observação de campo se passava numa praça perto da residência do pesquisador e efetivamente havia amigos de infância entre os membros do grupo pesquisado. Enfim, ele passou pelo interrogatório sem sofrer agressões devido ao pertencimento com a Universidade e por não ter sido identificado como “vagabundo”.

Já estavam todos cansados de ficar em pé com a mão na cabeça, esperando que o último fosse revistado. Daí o policial foi para o último rapaz que estava ao lado do pesquisador e que tinha fumado e que não se acusou que tinha fumado, ou seja, não assumiu que tinha fumado. O policial perguntou o porquê de não dizer que tinha fumado, tendo fumado. Ele respondeu que tinha se acusado, mas tinha falado em tom baixo, quando foi surpreendido com um chute aplicado por outro policial. Este perguntou onde estava o restante da droga, mas o interrogado falou que tinha acabado, quando o outro policial deu-lhe uma lição de moral e após isso dispensou o grupo. Foi uma situação

bastante constrangedora com agressões físicas e psicológicas. E não contente com o final da cena, os policiais acabaram derramando meio litro de cachaça e mandaram o grupo se desfazer e ir para casa, ameaçando bater bastante em quem ousasse permanecer na praça. Então, todos se dispersaram pelas ruas adjacentes para dar a impressão de que eles estavam indo para casa, mas na verdade, após dez minutos, todos voltaram para o mesmo local, dando continuidade ao mesmo processo de venda, compra e consumo de drogas.

Após a cena da batida policial, surgiram vários comentários entre os interlocutores de pesquisa, e como o antropólogo tinha presenciado a batida de forma tranquila ao dialogar com os policiais, ganhou respaldo dentre os presentes, uma forma de respeito, com mais proximidade. Os interlocutores admiraram sua postura e perceberam com mais firmeza que ele passou a fazer parte do grupo ao compartilhar até mesmo situações de efervescência emocional como aquela situação tensa e imprevisível, que é a situação de um baculejo.

O pesquisador depois, em outro contexto de interação, foi informado de que o rapaz que estava ao seu lado se encontrava com vinte e cinco pedras de crack entre a chinela e o pé dele, além de uma quantidade de dinheiro que poderia caracterizar prisão por tráfico. Os policiais ficaram tão mais atentos às punições físicas como recurso moral ilícito de sua atuação que não conseguiram focar numa situação em que poderiam agir legalmente para enquadrar um jovem por tráfico de drogas.

No acesso etnográfico de um de nós, Leonardo Sá, um aspecto interessante diz respeito a esses momentos de interação simbólica em campo em que nós e nossos interlocutores acabamos passando pela mesma situação de baculejo. O pesquisador, Leonardo Sá, quando estava andando de carro com a “galera”, seus interlocutores mais próximos, moradores de favelas à beira-mar na cidade de Fortaleza, o modo como eram vistos na cidade e principalmente pelos policiais gerava uma situação de pesquisa interessante. Para o antropólogo, das camadas médias, da universidade, como ocorreu também no caso anterior, onde João Pedro foi o protagonista, andar acompanhado por jovens das favelas, frequentando os circuitos de lazer, encontro e consumo cultural das camadas médias, como centros culturais, restaurantes, bares, faculdades e shoppings, era despertar invariavelmente desconfiança, incerteza, insegurança, receio, medo e estranheza nas pessoas em geral e nos policiais também, mas menos do que nas pessoas em geral. Os policiais, em vários casos, foram mais compreensivos do que outros segmentos da população quando se encontravam o pesquisador e seus interlocutores, em situações pouco previsíveis, juntos em ambientes considerados vedados

para os jovens da favela, como, por exemplo, bares dos circuitos de classe média. O humor, o ambiente e as atitudes subjetivas das pessoas mudavam. Os rostos se fechavam de preocupação, inquietação com aquele grupo, uma atitude de suspeita surgia. As avaliações morais tornavam-se infinitesimais e perceptíveis para quem sofria o preconceito.

Neste sentido, os baculejos de policiais nas revistas se multiplicavam, mas, devido à presença do pesquisador, professor da Universidade, as agressões físicas foram anuladas. Talvez, se João Pedro fosse professor e não estudante, as agressões físicas não teriam ocorrido, como foi o caso com a presença de Leonardo. Os jovens brincavam, como sempre, dizendo, sobre esses baculejos onde o pesquisador estava presente, que “eles (os policiais) acham que é um sequestro relâmpago. Um lourão dirigindo, e “os nêgo no carro”, e riam sem parar das situações em que isso gerava ambiguidade. Os policiais militares ficavam tensos quando o pesquisador se identificava como professor, não sabiam como se comportar, quando percebiam, na revista, que o que eles tinham avaliado não correspondia aos seus conhecimentos práticos para identificar situações de suspeição, risco ou perigo. Durante um desses baculejos, um policial militar, usuário de drogas, ficou um pouco mais exaltado e quis ameaçar o pesquisador, todavia outro policial o conteve, evitando assim uma agressão física direta que poderia romper com os esquemas já naturalizados, de violência contra jovens da favela, que eram rotineiros. Os interlocutores do pesquisador eram unânimes em afirmar que a agressividade ou não das abordagens era influenciada pela presença do antropólogo-professor nas “áreas”.

Destes dois relatos de campo, podemos depreender que circular pela cidade com os jovens da favela ou conviver com eles, nas praças e ruas da cidade, é um modo de vivenciar e de compartilhar, de modo colateral, os efeitos dos estigmas nas situações cotidianas mais elementares. Não há forma melhor de produzir dados sobre discriminação, racismo, violência policial, do que a partir do trabalho de campo antropológico. Os olhares perscrutadores dos seguranças dos shoppings que se aproximam dos grupos, as trocas de informações pelos rádios, que identificavam oralmente as roupas e mapeavam os movimentos, entre uma série de práticas de sujeição promovidas pelos policiais contra jovens de favelas ou usuários de drogas, são evidenciáveis pelos dados etnográficos, seja pela observação direta, participante ou pelas narrativas dos nossos interlocutores.

Elementos mais impressionistas também nos ajudam na caracterização dessas cenas de discriminação que levam à agressão. Os rostos espantados dos estudantes das faculdades quando se deparavam com jovens que eles

identificam como visivelmente não-universitários e como fonte de ameaça de um modo quase mágico, por serem “morenos” com jeito de “vagabundo”, com cara de “gangueiros”, como nos confessaram alunos e colegas que entraram em contato com os jovens das nossas pesquisas. Ademais, os garçons e os atendentes dos estabelecimentos demonstram não estar entendendo o que aqueles jovens estavam fazendo ali, em lugares onde são indesejáveis, e com quais intenções. Em alguns lugares, não eram sequer atendidos, ou, então, eram mal-atendidos, uma forma de dizer com o olhar: “vão embora”, “aqui não é lugar para vocês”. Os transeuntes mudavam de calçada para não cruzar com o grupo que, inevitavelmente, provoca estranheza onde quer que vá: jovens de favela ou de bairros populares acompanhados de pesquisadores da Universidade. No caso de Leonardo, por ser “lourão”, diferentemente de Pedro, que pode em alguma chave de leitura passar, aos olhos dos nossos interlocutores, como “negão” até mesmo colegas e parentes demonstravam insatisfações com a proximidade dessa mistura entre “morenos” e um “galego”. O racismo emergiu como um dado poderoso de nossas pesquisas sobre o qual buscaremos desenvolver em outro artigo com maior densidade. Podemos afirmar, todavia, que realizar trabalho de campo com jovens usuários de drogas ou jovens de favelas, periferias e bairros populares tem como ponto de partida uma estranheza que nos causa essa situação generalizada de sentimento de medo, despertado por esses jovens, que revela uma situação de forte segregação socioespacial na ordem simbólica da cidade.

Esta é uma situação que nos aflige como pessoas, cidadãos e pesquisadores. Reforça, por outro lado, a ideia de que a vocação do antropólogo, se é que há apenas uma, “tende antes a nascer de um sentimento insidioso de inadequação ao mundo, demasiado forte para ser superado e demasiado frágil para conduzir às grandes revoltas” (DESCOLA, 2006, p. 45), que nos leva a provocar, pela escrita, essas situações pouco comuns no cotidiano da cidade, o que já é uma forma de intervenção, uma forma de provocação, uma prática de conhecimento simultaneamente acadêmica e militante. Uma forma de trabalho de campo como micropolítica (SÁ, 2009), onde a “militância” guarda a pretensão de autonomia intelectual do fazer antropológico diante de outras formas de militância e conhecimento da vida social, principalmente quando os temas de nossas pesquisas envolvem graves violações dos direitos humanos de nossos interlocutores.

Práticas policiais ilegais, baculejo e pessoas indesejáveis

Durante as idas ao campo, percebemos que as leis, na maioria das vezes, não eram aplicadas de acordo com a teoria da lei. O poder autorizado pelo Estado

para coibir determinadas práticas, que é a polícia, durante as atividades cotidianas, agia de maneira ilegal, deixando aqueles que estavam na praça, nas ruas e favelas em uma situação de dúvida e apreensão. Os policiais tinham a convicção de que as pessoas que estavam presentes na praça realizavam práticas ilegais, mas ficavam indignados pelo fato de não conseguirem prender ninguém em flagrante, em um ato que caracterize tráfico, assalto ou outro tipo de ilicitude jurídica, pois os sujeitos criam estratégias para evitar tal situação, como foi o caso que já narramos do jovem que estava de posse de drogas que poderia caracterizar uma prisão por tráfico, mas não o foi, parte por estratégia dele, parte por que a atenção da polícia estava voltada para o ato moral punitivo extralegal. Contudo, tal indignação dos policiais era expressa através de agressões físicas, morais e psicológicas contra alguns dos jovens presentes nas ruas, favelas e praças.

Uma regra quando é posta em prática, fica claro que existe uma relação de obediência e, muitas vezes, desobediência. E aqueles que não obedecem tal regra são tidos como pessoa especial, indesejável, que deve ser tratado de maneira diferente. No caso dos consumidores e vendedores de drogas das praças e dos jovens das favelas que tenham algum envolvimento com o tráfico de drogas, suas atividades são vistas como ilegais e rotuladas como desviantes. Por desobedecerem às regras que proíbem a venda e consumo da droga, os sujeitos estudados enfrentam uma série de dificuldades por serem considerados como um grupo desviante, no qual seus comportamentos ligados às drogas tendem a causar a quebra de condutas exigidas pela sociedade convencional.

Todos os que estão na praça e becos das favelas durante as madrugadas estão correndo o risco de sofrer algum tipo de agressão policial, mas notamos que existem sujeitos que possuem maior probabilidade de serem vítimas desses atos, que também são ilegais, frente à lei. São fortes alvos de violência policial aqueles que forem presos em flagrante consumindo ou portando pequena quantidade de drogas, pois os policiais preferem agredir com tapas e chutes os usuários que estejam praticando tais atos a levá-los à delegacia para assinar um termo de compromisso como prescreve a lei. Muitas vezes, as torturas, além de cumprirem um papel moralizante, tendem a sugar informações dos usuários ou pequenos traficantes, como saber onde adquiriu a droga e quem a vendeu. Aqueles que apresentarem alguns resquícios de consumo, como o nariz sujo de pó ou as mãos com cheiro de drogas, também têm fortes chances de sofrer alguma agressão, mas os principais alvos são aqueles que possuem um histórico de vida fortemente ligado à ilegalidade e os que possuem marcas identificadoras de poder que os liga ao “crime”, que possam ser identificadas e que se autoidentifiquem como sendo “do crime”. Ao descrever o *status* desviante de determinados indivíduos, Becker ressalta que

alguns *status* dominam todos os outros *status* e tem certa prioridade [...] O *status* de desviante é esse tipo de *status* principal. Uma pessoa recebe o *status* como resultado da quebra de uma regra, e a identificação mostra ser mais importante do que muitas outras. Uma pessoa será, primeiramente, identificada como desviante antes que outras identificações sejam feitas (BECKER, 1977, p.80).

Possivelmente, os que possuem passagem pela polícia são considerados um forte suspeito durante as batidas policiais, mesmo tendo sido julgado e absolvido. Já os que estão com algum processo em andamento, correm o risco redobrado de sofrer algum tipo de punição momentânea por parte dos policiais durante o baculejo. Uma das estratégias criadas pela polícia para identificar determinados sujeitos e combater o crime, que foi constatada nas nossas pesquisas, foi o uso do celular, utilizado por policiais, para tirar fotografias de alguns sujeitos. Os sujeitos escolhidos, em algumas batidas policiais, para serem registrados em fotografias, eram jovens que já responderam ou estavam respondendo por algum crime. Um dos usuários de crack possuía passagem pela delegacia por tráfico, onde se manteve por mais de quinze dias preso e, por pouco, não desceu para o presídio, como costumam falar a respeito da transferência do distrito para uma instituição penal de custódia ou de outro tipo. No caso específico do jovem usuário de crack citado aqui, ele “só não desceu” porque seu pai é policial militar e conseguiu adiar sua transferência para a delegacia de captura (último estágio para transferência para o presídio) e porque, devido às suas influências pessoais, arranjou um advogado. Este usuário vai, muitas vezes, até bairros vizinhos ao seu para comprar droga, correndo o risco de ser abordado pela polícia e de sofrer algum tipo de agressão. E como ele tem passagem pela polícia, ao ser abordado em uma batida policial, utiliza a estratégia de dar o nome do seu irmão, que tem quase a mesma idade que a sua e o aspecto físico bastante parecido com o seu. Pelo fato de seu irmão possuir a ficha criminal limpa, acabou livrando-o de muitas situações embaraçosas frente às autoridades policiais que acabavam confundindo sua identidade com a do seu irmão. Quando Goffman discute a questão da identidade, deixa claro que

há um interesse popular considerável nos esforços de pessoas perseguidas em adquirir uma identidade que não seja a “sua” ou de se desvincular de sua identidade original [...] Em casos reais, procura-se mudar o nome próprio porque, de todos os apoios de identidades, este parece ser o mais facilmente empregado e, de certo modo, o mais fácil de ser alterado (GOFFMAN, 2004, p. 68).

Geralmente, os policiais responsáveis pela patrulha das áreas estudadas por nós têm conhecimento das práticas ilegais ligadas à venda e ao consumo de drogas de determinados sujeitos. Aqueles que estão envolvidos com a venda de entorpecentes, e que os policiais têm conhecimento de tal prática, porém não conseguem mantê-los encarcerados, por serem “menor de idade” ou por não conseguirem autuá-los em flagrante, são fortes alvos de agressões.

Certa madrugada, um de nós estava em um bar ao redor de uma praça e uma viatura se aproximou. Desceram três policiais, dois deles ficaram olhando para os que estavam presentes enquanto um deles puxou um menor de idade, responsável pelo comércio de pequena quantidade de drogas no bairro, agredindo-o com fortes chutes e murros e deixando-o sem conseguir respirar. O policial que agredia só falava poucas palavras moralizantes: “Seu vagabundo, você que é o melhor do bairro, então aprenda a andar na linha. Se você andar nessa praça aqui de novo, vai apanhar novamente”. Então os policiais foram embora dizendo que todos deviam ficar calados e que ninguém deveria lembrar-se de nada que aconteceu, pois, caso contrário, haveria complicação para o delator. A mãe do garoto chegou logo depois indignada e disse que iria para a corregedoria denunciar o caso.

Os policiais possuem técnicas de tortura que fazem com que as violências não deixem marcas visíveis. Eles geralmente batem em locais do corpo onde causam muitas dores, mas que não serão percebidas em laudos médicos. É difícil o uso de cassetete, pelo fato de deixar marcas roxas na pele do agredido. Em vez de murros no rosto, os policiais preferem dar tapas com as mãos abertas, pois, além de ser humilhante, ainda causa uma ardência por um longo período. A região do abdome é bastante visada, pois, além de deixar a vítima sem respiração, causa dores horríveis. Um dos interlocutores disse que eles geralmente mandam que o usuário fique de costas para eles e quando expiram todo o ar dos pulmões podem ser surpreendido com um chute ou murro na região renal, deixando-o sem respirar por um bom tempo. Nas ruas, entre os que estão constantemente em conflito com a polícia, percebemos que os assuntos costumam se direcionar para as agressões policiais. E os policiais que são tidos como os maiores vilões e que são os mais conhecidos são aqueles que costumam agredir a cada batida. Um desses policiais, todas as vezes que descia para alguma batida policial nas madrugadas, costumava agredir fisicamente alguém na praça. Então, procuramos investigar quais eram as procedências de tal policial e tomamos o conhecimento de que ele é um lutador faixa preta de jiu-jítsu, entrou no último concurso do Ronda do Quarteirão¹ e estava empolgadíssimo em combater a criminalidade com essas práticas ilegais de violência para imposição de respeito e ordem. O policiamento responsável pela patrulha

1 O Ronda foi uma tentativa de se inovar a imagem da PM-CE (polícia militar do Ceará) com o incentivo de milhões de reais em aparelhamento tecnológico e formação de policiais por parte do Governo do Estado do Ceará. O ponto principal de tal projeto era a contratação de 2000 policiais jovens para a criação de uma nova corporação dentro PM chamada Ronda do Quarteirão que tinha como objetivo primordial a instauração de um policiamento comunitário que aproximasse o policial da população de forma amistosa e amigável, uma polícia da boa vizinhança. Brasil e Sousa (2010) fazem uma análise das resistências relativas à instauração do Ronda do Quarteirão que esclarece também sobre o contexto mais amplo do Programa Ronda do Quarteirão.

da área é a temida viatura da corporação da quarta companhia do quinto batalhão, o Ronda do Quarteirão, e ocasionalmente, a temida corporação de motoqueiros Raio. A polícia comunitária Ronda é socialmente representada como aquela que é menos truculenta, mas verificou-se na prática, de acordo com a experiência colhida em campo, que existe uma recorrência de práticas de espancamento envolvendo policiais do Ronda do Quarteirão. Alguns desses policiais que são nossos interlocutores se queixam da sistemática de tortura que a rotina exige. Sentem-se mentalmente, fisicamente e socialmente exaustos com as rotinas de espancamento que são obrigados a presenciar ou praticar diretamente. Dizem-nos que, atualmente, a tortura está sendo praticada com certo descontrole por parte de muitos policiais. Isso vem causando problemas de excesso para as rotinas de trabalho. Trabalhar com colega policial que é excessivamente “batedor” é percebido como algo que gera estresse para a equipe de policiais.

Percebemos que grande parte dos policiais pratica ou praticou algum tipo de arte marcial que faz com que eles tenham habilidades em violências físicas que, muitas vezes, são expressas nas ruas. Estas técnicas que agridem sem deixar marcas são transmitidas entre os policiais para que não causem problemas que coloquem em risco o pelotão e a corporação. Constatamos que esta é a forma como os policiais acreditam que estão combatendo o tráfico de drogas, e que o meio da agressão, embora ilegal, seja uma alternativa de impor respeito e ordem. A medida como muitos deles tentam impor a lei é, na maioria das vezes, baseada na força e nas regras das ruas, motivada por uma empolgação, ações enérgicas, vibração, que visa combater o mal das drogas e da criminalidade. Empolgação esta que não tem como princípio entender a lógica das ações do outro, e que está ausente de um raciocínio mais aprofundado sobre tal prática que está sendo combatida. Ao relatar a lógica dos impositores para colocarem em prática a lei, Howard Becker relata que,

embora alguns policiais tenham indubitavelmente uma espécie de interesse de cruzado em aniquilar o mal, é provavelmente muito mais característico que o policial tenha uma visão de seu trabalho um tanto desligada e objetiva. Ele não está preocupado tanto com o conteúdo de qualquer regra particular quanto com o fato de que seu trabalho é impor a regra. O impositor, então, pode não estar interessado no conteúdo da regra enquanto tal, mas somente no fato de que a existência da regra proporciona-lhe um emprego, uma profissão e uma *raison d'être* (BECKER, 1977, p. 115).

Nos nossos campos, presenciamos muitos casos em que policiais agrediram alguns frequentadores de praças ou moradores de favelas de uma forma bastante violenta e que a repercussão dos fatos se restringiram a alguns comentários após o fato. Apenas em alguns deles, conhecemos três casos emblemáticos a partir de nossos campos, o fato de agressão relatado anteriormente levou alguém a recorrer à justiça legal, às corregedorias ou ouvidorias do campo da segurança pública ou acionar movimentos de direitos humanos como apoiadores das denúncias. Ao perguntar algumas pessoas que sofreram agressões o porquê de não recorrerem à justiça após a agressão, relataram que as leis da rua são diferentes das leis constitucionais, pois na maioria das vezes a lei só entra em vigor após um flagrante e prisão. Os próprios usuários de entorpecentes sabem que estes atos policiais são práticas ilegais e eles não fazem nada por terem a consciência de que estão também praticando atos ilegais, em virtude de suas relações com drogas. Por conta disso, os envolvidos com o comércio e consumo de entorpecentes deixam a situação permear pelo lado da ilegalidade e sigilo, criando estratégias e evitando conflitos diretos com a lei, mesmo estando com a razão frente à Constituição, reforçando a ideia de dupla ordem que ressaltamos no início do artigo.

Constatamos, durante a pesquisa, que a questão da ilegalidade e do desvio é algo bastante relativo, envolvendo diferentes pontos de vista. São diferentes setores e indivíduos na sociedade que possuem pontos de vista diferentes, como os usuários de drogas, os comerciantes dos bares, os moradores, os intelectuais, os policiais, os empresários, a mídia, a burocracia do Estado e outros. O que parece desvio para alguns, parece cumprimento da lei por outros. E as práticas que se desenrolam no universo dos mercados ilícitos estão envolvidas em um contexto sociocultural mais abrangente.

Técnicas corporais, rituais de poder e espancamento do corpo

Segundo Mauss (2003), as técnicas do corpo são modos sociais de serviço do corpo, maneiras de se servir de um corpo, que não estão necessariamente ligadas a instrumentos. É uma forma de utilização do corpo que é marcada pela inscrição de uma prática tradicional eficaz, de modo que “não há técnica e não há transmissão se não houver tradição” (MAUSS, 2003, p.407). Neste sentido, gostaríamos de propor como hipótese de campo, como uma questão de valor heurístico, que, diante do ritual de poder do baculejo, há um processo de aprendizagem de técnicas corporais específicas, por parte dos policiais praticantes do baculejo, e dos atos de bater, revistar, tocar de modo policial o corpo do suspeito, que é fundamental para a transmissão da tradição policial de exercício de poder.

Ou seja, há uma dimensão mágica e educacional para os policiais nesse exercício que envolve a própria constituição de uma condição policial. Do ponto de vista dos jovens e pessoas indesejáveis em geral que são objeto das técnicas policiais do corpo, há uma categorização simbólica que nos chamou a atenção. Eles dizem que ser apanhado pela polícia como “vagabundo”, como “ladrão”, é se tornar “pano de chão” da polícia. Mas antes de explorar as implicações disso na perspectiva dos jovens da favela, seria importante explorar alguns relatos de policiais, nossos interlocutores, sobre as práticas policiais do baculejo e dos atos de bater, espancar e amaciar vagabundos.

O contexto de interação entre policiais nos atos de prender, bater, espancar e amaciar vagabundos é de aprendizagem. O que se destaca neste sentido é a forma das técnicas, o que envolve seu ensino (MAUSS, 2003, p.411). O baculejo, como fato social total, envolve tanto técnicas de adolescência, de educação do corpo da adolescência das favelas como aprendizagem para o assujeitamento perante as forças policiais. O primeiro baculejo ninguém esquece, dizem as pessoas submetidas a esse ritual com certa frequência e recorrência. Há casos de relatos dramáticos, onde os jovens, quando adolescentes, choraram, se desesperaram e se sentiram profundamente humilhados diante do primeiro baculejo que os inscrevem nas relações de poder da cidade como jovens de favela, como vagabundos, relatos cuja dramaticidade os fazem chorar. Já do ponto de vista dos policiais, as técnicas corporais, que eles exercem como batedores, espancadores, podem ser elas pensadas, na chave maussiana, como técnicas de movimento, de atividade, além de serem técnicas de movimentos de força. O que nos parece interessante é conectar as técnicas corporais dos policiais no baculejo com aquilo que Mauss chama de modo enigmático e evasivo de técnicas de medicação e do anormal, e ele cita sem desenvolver a questão das massagens. Fica subentendido que ele está se referindo à questão de massagens terapêuticas e sexuais, onde há intensa troca entre toques, mistura de respirações, mas nos parece aí haver uma pista interessante, uma vez que no baculejo os contatos corporais “enérgicos” dos policiais, baseado em uma situação de profunda assimetria de posições de poder, geram comentários jocosos por parte dos jovens, em momentos posteriores ao contexto do baculejo, como por exemplo: “os cana tão cheirando meu cu”. Uma referência ao fato de o policial ter de apalpar partes íntimas durante a revista, enfiando por trás a mão entre as pernas abertas dos jovens assujeitados pelo ritual de poder.²

Tudo se passa como se o baculejo se inscrevesse nos corpos de policiais e jovens, simultaneamente, de modo desigual, assimétrico, a fim de lhes lembrar algo sobre a dureza da lei, ou seja, “a fim de conservar sempre fresca a recordação dessa dureza” (CLASTRES, 2003, p.195). Mas nos parece que

2 Recentemente, um de nós, Leonardo Sá, em Curitiba, durante uma Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), pode observar um baculejo no centro da cidade, onde os policiais usaram luvas descartáveis para fazer essa revista das partes íntimas do corpo. No Ceará, os policiais não usam tais luvas. Pelo menos, nunca presenciamos esse uso em nossos campos.

seria muito rígido tratar, na chave clastreana, como inscrição de código de lei, na ordem do corpo, o fenômeno do baculejo, pois estamos diante de algo mais fluido, menos da ordem da lei, e mais da ordem do desejo de poder, do corte direto, não significante, sobre os fluxos de desejo de outrem. Se para Clastres, nas sociedades primitivas de sua imaginação antropológica, a tortura enquanto função do sofrimento ensina algo ao indivíduo, gera um corpo como memória, marcado pelos sulcos de dores indelévels (CLASTRES, 2003, p.200-201), poderia, como contraponto, sugerir que aquilo que a polícia imprime pela tapa na cara, pelo chute, pelo espancamento, nos becos das favelas, nas ruas, nas praças, é uma memória de suas próprias práticas de ensino, de suas técnicas de corpo violadoras de outros corpos, portanto, dizem respeito mais ao valor individual distintivo do policial do que da vítima que, afinal, se sabe em situação de “pano de chão da polícia”. O jovem, nesse caso, não se torna portador de uma memória da ordem praticada pelo policial. O policial não faz parte dos rituais de marcação que funcionam alhures nas lutas faccionais desenroladas no “mundão”. O policial como elemento despótico parece indicar uma força centralizadora de todas as “tretas”, pretendendo alçar-se acima delas, sendo o baculejo a prática de um ex-otário, uma vez que os otários que apanhavam na favela, ao se tornarem policiais, usam a posição do Estado para “meter o terror”, como dizem os jovens da favela, contra aqueles que antes o faziam de otário. O policial não é o bichão, é o terror (SÁ, 2011). A guerra entre bichões de favela está sob a interveniência dessa instância de prática que é o baculejo, como conjunto de práticas de aplicar sofrimento, dor e humilhação, que faz do corpo do policial a extensão de um corpo abstrato, como máquina abstrata de exercício de poder. Afinal, o policial “quebra o moral da vagabundagem” em nome de quem? Não seria a memória dos filhos do Estado (SÁ, 2002) que se inscreve no socius, logicamente, antes em vez de uma memória sobre o corpo que supliciam? O que seria a lembrança do objeto como “pano de chão da polícia” senão uma afirmação da identificação do ex-otário, como elemento executivo, perverso, das paranóias das práticas despóticas do poder? (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Parece ser o paradoxo monstruoso, para usar a expressão de Deleuze e Guattari, que se exprime no baculejo, como desejo do Estado, como devir do Estado. O baculejo parece funcionar como máquina social de descodificação das tretas em favor de um sistema físico de punição generalizada em nome de uma metafísica da lei e da norma unificadora. O atrito gerado pelo baculejo funciona, em certa medida, como agente de inscrição da axiomática social sobre os fluxos descodificados das tretas, e a linguagem de produtividade que invadiu o modo de falar, e os discursos de policiais, parece ser um indício disso.

Mas estamos aqui menos diante de uma questão teórica e mais propriamente tratando de uma questão de campo, etnográfica, para a qual esse artigo pretende ser uma abertura e não um fechamento. Novas incursões de campo serão realizadas, tentando produzir mais materiais etnográficos sobre esse ritual de poder, o baculejo, que é tão revelador do funcionamento das práticas policiais de violência, quanto das dinâmicas de funcionamento do crime na escala do urbano. Talvez, o entrecruzamento de narrativas de policiais e de jovens, nesse confronto de pontos de vista, que foi o que tentamos aqui, nos possibilite aprofundar etnograficamente esse debate.

Artigo
Recebido: 27/10/2011
Aprovado: 14/11/2011

Keywords: police violence, baculejo, youth, conflict

ABSTRACT: This paper discusses the practice of physical aggression by military police against youth in the slums, plazas and streets of the city of Fortaleza in the perspective of an anthropology of violence and social conflict. Based on ethnographic materials research with military police, with young users of psychoactive substances in the squares and streets and also with young slum dwellers, we seek to develop an analytical reading from our ethnographic access, focusing on the ritual of power known as "baculejo" where, in addition to traditional military and police search for drugs, weapons or fugitives from justice, sets up a field of power fueled by recurrent practices of violence such as slaps, kicks, beatings and in some cases, more torture severe, with a focus on physical punishment of persons considered socially undesirable by the military police, whose optical involves the idea of "breaking the morale" of the "bums" or "soften the bum" under the aegis of excuses that revolve around the notion police military "act with energy" or "strong action" to enforce respect and order.

Referências

BARREIRA, César. Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa. Fortaleza: Ed. UFC: Funcap: CNPq-Pronex: Campinas: Pontes Ed., 2008.

BARREIRA, C. et al. Ligado na galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: UNESCO, 1999.

BECKER, Howard. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL, Glaucéria Mota; SOUSA, E.B.L. Resistências às mudanças na corporação policial: a experiência do programa Ronda do Quarteirão no Ceará. O Público e o Privado (UECE), v. 15, p. 97-109, 2010.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DESCOLA, Philippe. As lanças do crepúsculo. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: Michel Misse (org.). Acusados e acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro, Revan, 2008.

OLIVEIRA, Luciano. Ditadura militar, tortura e história: a “vitória simbólica” dos vencidos. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 26, n.º. 75, fev. 2011.

SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. In: MENDONÇA FILHO, M. e NOBRE M. T. (orgs.). Política e afetividade. Salvador: São Cristóvão: EDUFBA: EDUFS, 2009.

_____. Os filhos do estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.